

O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional

The record group Brazilian Federation for Women's Progress in Arquivo Nacional
El fondo de Federación Brasileña para el Progreso Femenino en Arquivo Nacional

Carolina Calixto

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
carolina_calixto@ymail.com

Viviane Gouvêa

Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Arquivo Nacional
viviane@an.gov.br

RESUMO

A associação feminista Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que teve a liderança da bióloga Bertha Lutz, desenvolveu importante atuação na luta pela emancipação feminina no Brasil. Neste artigo analisamos o fundo arquivístico que leva o seu nome e investigamos a trajetória da organização durante o período do regime civil-militar brasileiro.

Palavras-chave: Bertha Lutz; arquivo; história; ditadura.

ABSTRACT

The feminist association Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Brazilian Federation for Women's Progress), which was led by biologist Bertha Lutz, played an important role in the struggle for women's liberation in Brazil. In this article we analyze the record group that bears its name and investigate the trajectory of the organization during the period of the Brazilian civil-military regime.

Keywords: Bertha Lutz; archives; history; dictatorship.

RESUMEN

La asociación feminista Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Federación Brasileña para el Progreso Femenino), dirigida por la bióloga Bertha Lutz, jugó un papel importante en la lucha por la emancipación femenina en Brasil. En este artículo analizamos los antecedentes del fondo que lleva su nombre e investigamos la trayectoria de la organización durante el período del régimen civil-militar brasileño.

Palabras clave: Bertha Lutz; archivo; historia; dictadura.

Dionísia Gonçalves Pinto, escritora e educadora brasileira, nascida em 1810, que se tornou conhecida pelo nome de Nísia Floresta, publica, aos 22 anos, um livro intitulado *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, tradução da obra *A vindication of the right of woman*, de Mary Wollstonecraft, lançada 40 anos antes, na Inglaterra. O livro é uma defesa acirrada do direito das mulheres à educação e à participação na vida pública do seu país, contribuindo para seu engrandecimento. Ao mesmo tempo, a obra enfatiza que a suposta incapacidade de a mulher agir como agente político racional é consequência da educação que recebe e do tratamento que lhe é dispensado pelos homens. Esse mesmo posicionamento foi sustentado por Nísia ao longo da sua vida, defendendo com afinco o direito à educação feminina como forma de integrar a mulher à sociedade e à vida política, um direito que lhes pertencia.

O movimento sufragista – em prol do direito de voto das mulheres – começou a se articular no final do século XIX e logo suas discussões ultrapassaram questões eleitorais. Embora a participação efetiva na arena política fosse essencial para que as mulheres pudessem defender seus direitos mais amplos, ela não bastaria por si só, e o movimento feminista que nasceria a partir daí dedicou-se a demandas relativas a mercado de trabalho, educação, independência jurídica da mulher. No Brasil, as sufragistas começaram a se organizar no início do século XX, e a fundação do pequeno Partido Republicano Feminino, em 1910, por Leolinda Daltro e Gilka Machado, representou um marco em termos de organização e disseminação das propostas sufragistas, embora sem ganhos práticos.

Em 1919, é criada a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, por iniciativa da cientista brasileira Bertha Lutz, juntamente com Júlia Lopes de Almeida, Maria Lacerda de Moura e outras mulheres, influenciadas pelo movimento sufragista europeu. Em 1922, depois da Conferência Pan-Americana de Mulheres, a entidade é extinta e, em seu lugar, nasce a Liga Brasileira para o Progresso da Mulher, afiliada à Associação Pan-Americana de Mulheres. A liga, que logo seria rebatizada como Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, teve como sócias fundadoras Berta Lutz, Jerônima Mesquita, Stela Guerra Duval, Carmem Portinho e Maria Amália Bastos.

A entidade compunha-se basicamente de mulheres da elite, que faziam uso das suas relações pessoais e, em alguns casos, profissionais, para articular campanhas em defesa das suas bandeiras e arregimentar defensores para suas causas. Logrou criar raízes em todo o território nacional, através das suas entidades filiadas, e estabeleceu fortes laços com o movimento feminista internacional.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) destacou-se na campanha pelo voto feminino, que alcança sua primeira vitória em 1927, quando o governador do Rio Grande do Norte, Bezerra de Medeiros, reconhece o alistamento eleitoral feminino. O direito de voto para as mulheres foi regulamentado no código eleitoral de 1932 e garantido na Constituição de 1934. Além do voto feminino, outras pautas se destacavam nas campanhas da FBPF: acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho, direito à creche para mulheres que trabalhavam, assistência ao menor, campanhas pela paz. Com o Estado Novo, a federação diminuiu suas atividades formais, e não voltaria a ocupar o mesmo papel central no movimento feminista nacional, embora tenha funcionado até 1986. Apesar do declínio da federação, algumas das suas ativistas continuaram a desempenhar um papel importante na luta feminista, em especial Bertha Lutz, cuja atuação na Conferência de São Francisco marcaria a carta fundadora da Organização das Nações Unidas com um preâmbulo que defendia explicitamente a igualdade entre homens e mulheres.¹

O fundo privado Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sob a guarda do Arquivo Nacional, foi constituído através de doações realizadas em 1976, por Maria Sabina Albuquerque, então presidente da FBPF, após a morte de Bertha Lutz; em 1985, por Ilka Duque Estrada Bastos, então presidente da federação; e em 1986, por Renée Lamounier e Aída Mendonça de Souza, associadas da organização, após a extinção da entidade. Em 2006, uma doação pontual de Maria Luiza Carvalho de Mesquita acrescenta ao fundo um passaporte que pertenceu a Bertha Lutz. Dividido em três seções – Bertha Lutz, administração e produção intelectual de terceiros –, o conjunto de documentos revela a atuação pioneira da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino na luta pelos direitos da mulher, especialmente entre os anos 1920 e 1940, mas cobrindo também as décadas seguintes. O fundo conta com documentação manuscrita, iconográfica, sonora, bibliográfica e cartográfica, e ainda publicações atribuídas à federação, que atualmente encontram-se sob a guarda da biblioteca do Arquivo Nacional (Biblioteca Maria Beatriz Nascimento). São 25 metros lineares de documentação textual, 16 fitas eletromagnéticas, duas plantas cartográficas, 537 itens iconográficos,

¹ Duas pesquisadoras da London School – Elise Dietrichson e Fatima Sator – concluíram, após leituras exaustivas de relatórios de época e de memórias das poucas mulheres que participaram da Conferência de São Francisco, em 1945, que a insistência de Bertha Lutz e o apoio de outras diplomatas latino-americanas foram essenciais para a inclusão da igualdade de gênero como direito fundamental, apesar da franca oposição norte-americana e europeia. Ver: Evento... (2018).

entre fotografias, cartazes, cartões-postais, desenhos e gravuras, e nove itens bibliográficos. O fundo encontra-se totalmente organizado, e em processo avançado de digitalização.

A seção administração contém as subseções: correspondência, campanhas, entidades afins, entidades filiadas, estrutura e organização e eventos. As cartas, boletins, pareceres, fotografias, documentação administrativa e financeira desvelam as pautas e estratégias da federação na defesa das suas ideias. Destaca-se também sua integração com organizações de todo o mundo – International Alliance of Women Voters, Consejo Nacional de Mujeres de la Republica Argentina, American Association of University Women, International Woman Suffrage Alliance – e com feministas de vários países: Harriet Chalmers Adams, Caroline H. Childs, Carrie Chapman Catt, Alice Stone Blackwell.

A intensa correspondência trocada entre membros da federação e políticos, como os senadores Adolpho Gordo e Juvenal Lamartine, e mesmo Getúlio Vargas (entre muitos outros), demonstra a forma como ocorriam as articulações com políticos de peso para que apoiassem as causas defendidas. Também na subseção “correspondência”, as cartas trocadas com feministas de outros países mostram a internacionalização do movimento feminista e sua influência no Brasil, bem como a participação das brasileiras no movimento internacional. Esse aspecto cosmopolita também pode ser percebido na subseção entidades afins, que reúne documentação de outras organizações, com as quais a federação se articulou em campanhas e eventos, nacionais e internacionais. Nas cartas trocadas com outras feministas brasileiras, como Nathércia da Cunha Silveira e Maria Lacerda de Moura, podemos perceber as divergências de posicionamento dentro do próprio movimento feminista brasileiro.²

As subseções “entidades afins”, “entidades filiadas” e “campanhas” revelam como a federação se articulava com instituições dos mais diversos perfis,³ a forma como se espalhou pelo Brasil através de organizações

² A escritora Maria Lacerda de Moura, mineira nascida em 1887, pouco se identificava com o feminismo de elite da federação, que considerava limitado em suas lutas, optando por seguir um feminismo que também acompanhasse o movimento sindical e que expusesse a condição subalterna da mulher em todas as esferas da vida. Já a advogada Nathércia da Cunha Silveira afastou-se da federação no início dos anos 1930, por divergências quanto ao envolvimento direto da entidade na política partidária. Também acabou por seguir um rumo mais próximo do movimento sindical.

³ Associação cristã feminina, Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Associação Sanatórios Santa Clara, Comitê USA de Socorro às Vítimas da Guerra, International Fellowship of Reconciliation, The Inter-American Federation of Education Associations, Sindicato de Datilógrafos, Taquígrafos e

a ela vinculadas, o tipo de campanha na qual se engajava e as causas que considerava fundamentais: educação (infantil e feminina), participação na constituinte, direitos civis, saúde pública, paz, mercado de trabalho. A subseção “eventos” é rica em documentação iconográfica, registrando os seminários, congressos, assembleias, reuniões e encontros que contavam com a presença das ativistas da federação. Em “estrutura e organização”, através da documentação textual, percebemos detalhes de como a entidade se estruturava formalmente, seu funcionamento, finanças, estatutos.

Toda a documentação do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino mostra que é difícil separar Bertha Lutz, a cientista, da ativista e da deputada suplente que assumiu sua vaga no Congresso em 1936. Mas a seção Bertha Lutz buscou reunir documentação específica das atividades daquela que foi presidente da entidade por muitos anos, além de fundadora: registros sonoros, anotações de campo, fotografias pessoais e profissionais, cartas, cartões, discursos. As subseções “atividades profissionais” e “produção intelectual” trazem documentação relativa a sua atuação como cientista do Museu Nacional, participação em congressos e eventos científicos, registros de campo, relatórios. “Deputação” é uma subseção que se refere especificamente a suas atividades como candidata a deputada e como deputada atuante.⁴ “Correspondência” reúne a documentação trocada com familiares, amigos, cientistas, e “pessoal” apresenta fotografias, textos, homenagens e outros registros da sua vida particular.

A última seção, “produção intelectual de terceiros”, possui 138 itens – poemas, artigos, teses, discursos relativos às lutas e questões enfrentadas pela entidade – que não foram criados pelas ativistas da federação ou congêneres.

Os documentos do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino são testemunhas de anos de extrema mudança no cenário político nacional. Do Movimento de 1930 à implantação do Estado Novo em 1937, passando pela Constituinte de 1934, o acervo demonstra o quanto a entidade

Secretários são algumas das entidades não diretamente relacionadas com a luta feminista que, no entanto, faziam parte do escopo de interesse da federação.

4 Bertha Lutz candidatou-se, em 1933, a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte de 1934 pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, mas não conseguiu se eleger. Em outubro de 1934, uma nova tentativa resultou em mais um fracasso, mas, com a suplência, ocupou uma cadeira no Congresso a partir de julho de 1936, depois da morte do titular. Atuando como representante do movimento feminista, defendeu alterações na legislação trabalhista referente à mulher, propondo igualdade salarial e licença de três meses à gestante.

encontrava-se vinculada à política nacional. Também revela a situação da mulher no Brasil e em outros lugares do mundo, e as transformações que ocorreram ao longo do período nas esferas doméstica, política, produtiva, educacional.

O trabalho pioneiro de Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura, Jerônima Mesquita, Alzira Soriano, Amélia Bastos, Nathércia da Silveira e muitas outras brasileiras que, mesmo antes da criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, mas principalmente a partir dela, lutaram com afinco para que as mulheres pudessem votar e ser votadas, para que pudessem ocupar cargos elegíveis e participar do processo decisório, deve ser sempre lembrado não apenas como exemplo, mas também como chave para compreender os caminhos percorridos na defesa da igualdade de direitos entre os gêneros até os dias de hoje.

O fundo compôs a candidatura “Feminismo, ciência e política – o legado Bertha Lutz”, inscrita no registro nacional do programa Memória do Mundo em 2018, juntamente com o Centro de Memória da Unicamp, o Arquivo Histórico do Itamaraty e o Centro de Documentação da Câmara dos Deputados. O programa foi criado pela Unesco, em 1993, com o objetivo de incentivar ações de preservação da herança documental mundial, apoiar o acesso universal a essa documentação e atrair a atenção para sua existência e significado.

A atuação da FBPF em tempos de ditadura civil-militar

Dentre as múltiplas formas pelas quais o fundo da FBPF pode ser aproveitado como fonte de pesquisa, nos interessou investigar a documentação que ajudasse a esclarecer o papel desempenhado pela federação durante o período da ditadura civil-militar brasileira.⁵ Se a organização se destacou historicamente pelo seu papel na luta pela ampliação de direitos das mulheres, como o fez em um momento marcado pela supressão de muitos direitos civis?

Com essa finalidade, investigamos os relatórios periódicos (anuais, bienais e quinquenais) produzidos pela organização entre os anos 1964

⁵ Adotamos aqui a noção de “ditadura civil-militar” tal como concebida por Daniel Aarão Reis em seu estudo sobre as reconstruções da memória sobre o período. Compartilhamos do entendimento de que, longe de ter sido uma experiência histórica imposta exclusivamente por um grupo de militares, muitos setores civis apoiaram o golpe de 1964 e serviram de base de apoio para o regime ditatorial ao longo dos anos seguintes (Aarão Reis Filho, 2004, p. 29-52).

e 1980,⁶ que se encontram digitalizados e disponíveis no site do Arquivo Nacional, na seção “administração”, do fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, nas subseções “estrutura e organização”, “secretaria” e “documentos textuais”. Nesses relatórios, encontramos resumos das principais atividades desenvolvidas pela organização que nos forneceram fortes indícios sobre o posicionamento ativo que foi assumido na luta pela emancipação das mulheres.

Sobre os objetivos da federação naquele tempo, vale ressaltar que a entidade esteve em campo divergente em relação ao movimento feminista internacional conhecido como *women's lib*, que, entre os anos de 1960 e 1980, foi marcado pela defesa da chamada “revolução sexual”. A FBPF entendia a sexualidade como assunto de foro íntimo e, nesse sentido, centrou seus esforços no sentido de propiciar às mulheres brasileiras elementos que as levassem a sua realização como membro ativo da sociedade (Soihet, 2000, p. 116).

Partimos da hipótese de que o feminismo “bem-comportado” (Pinto, 2003), “tático” (Soihet, 2006) e/ou liberal (Miguel; Biroli, 2013, p. 10) adotado por Bertha Lutz e a FBPF, que buscava alcançar seus objetivos através da negociação com os grupos políticos institucionalizados no poder, foi fundamental para que a organização conseguisse exercer certa pressão sobre o governo e obter significativas conquistas. Assim, enquanto muitas associações feministas partiram para o enfrentamento ao regime e caíram na clandestinidade, a federação permaneceu atuante.

Mas, para além de um jogo tático, é importante destacar que, no contexto pré-golpe, a FBPF se aproximou de associações como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) na luta contra o comunismo e em apoio às articulações que levaram os militares ao poder. A organização manteve um bom relacionamento com os sucessivos governos do período, o que pode ser constatado não só pelos relatórios como também por suas atas. Desse modo, Bertha Lutz e suas companheiras da FBPF não apenas tiveram significativo poder de barganha, como estiveram algumas vezes no próprio poder, através daqueles e daquelas que representavam diretamente seus interesses.

⁶ Escolhemos esse recorte cronológico tendo em vista o ano do golpe civil-militar (1964). A data limite (1980) foi escolhida por ter sido o ano do último relatório disponível no fundo, no período do regime civil-militar.

Algumas formas de atuação e tipos de atividades desenvolvidas

A relação de constante diálogo da entidade com o governo pode ser observada pelo envio de correspondências, telegramas – muitos dos quais eram respondidos – e pela realização de reuniões com autoridades governamentais. Essa forma de atuação parece ter contribuído sobremaneira para algumas conquistas relativas ao movimento feminino e também, particularmente, para a federação, como, por exemplo, a obtenção de local para a sede da organização em Botafogo, logo após o golpe de 1964.⁷ Essa conquista é atribuída à contribuição financeira de algumas associadas e especialmente à intervenção da diretora do Departamento do Patrimônio do Estado da Guanabara, Ilka Bustamante C. Aranha.⁸

É possível identificar, não raramente, o contato travado, direta e pessoalmente, com autoridades governamentais e até mesmo com a Presidência da República. Em relatório bienal de 1966, por exemplo, registrou-se encontro de uma delegação da federação com o então presidente Castello Branco: “Sua Ex. o Sr. Presidente Castello Branco recebeu com grande fidalguia uma delegação nossa, prometeu auxílio e autorizou-nos a solicitar as medidas que julgássemos úteis.”⁹ Dentre elas, destacou-se a criação, sem ônus para o Estado, de uma Assessoria para Assuntos Femininos junto à Presidência.¹⁰ Certa cortesia ou bom trato com o governo também pode ser percebido em correspondências de pesar, como, por exemplo, a enviada a Yolanda da Costa e Silva, esposa do então presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva, quando do falecimento de seu marido, tendo sido respondida.¹¹

Era de praxe telegrafar às autoridades que iniciavam seus mandatos enviando, junto às felicitações, a reivindicação de maior participação de mulheres em cargos de destaque,¹² além de frequentemente solicitar audiências, cobrar esforços no atendimento a demandas e parabenizar

⁷ Resumo das atividades da FBPF, de agosto de 1961 a agosto de 1964. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 25.

⁸ Relatório de 11 de outubro de 1966. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 33.

⁹ Relatório de 11 de outubro de 1966. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 33.

¹⁰ Resumo das atividades da FBPF, de 9 agosto de 1964 a 8 de agosto de 1966. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 35.

¹¹ Relatório da FBPF, de 3 de setembro de 1968 a 31 de dezembro de 1969. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 10-11.

¹² Relatório da FBPF, de 10 de agosto de 1970 a 8 de agosto de 1971. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 23; Relatório da FBPF, de 9 de agosto de 1974 a 8 de agosto de 1976. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 41.

por medidas tomadas que fossem ao encontro de algumas de suas aspirações.

Além da interlocução com o Poder Executivo, a organização buscou dos demais poderes o atendimento de suas reivindicações, como pudemos observar pelo intenso envio de correspondência dirigida, por exemplo, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, à Assembleia Legislativa Estadual e diretamente a políticos e candidatos a cargos legislativos sobre assuntos de interesse da mulher.

Outra forma de atuação foi a participação e realização de congressos, conferências e eventos relacionados ao movimento feminista nacional e internacional, com destaque para a organização do Ano Internacional da Mulher, cujo programa reuniu muitas pautas de interesse feminino, com o objetivo de pressionar as autoridades.¹³

Observamos ainda intensa troca de correspondência de congratulações ou “de cortesia” para mulheres e autoridades, de diferentes partes do mundo, pela ascensão a postos de trabalho ou de poder que historicamente eram ocupados exclusivamente por homens. A organização enviava, com frequência, circulares aos governadores, ministros de Estado e outras autoridades solicitando a relação de mulheres em cargos de destaque. Muitas dessas informações eram compartilhadas em seus boletins.

A federação também desenvolveu assídua troca de correspondência com outras organizações femininas nacionais e internacionais, tais como a Comissão Interamericana de Mulheres, a Aliança Internacional de Mulheres, a Liga de Mulheres Eleitoras,¹⁴ além da participação em conferências, seminários, congressos e reuniões dentro e fora do país. O diálogo permanente com essas instituições permitiu a troca de experiências, notícias e documentos sobre conquistas relacionadas à mulher que eram levadas às autoridades brasileiras.¹⁵ A federação chamava frequentemente a atenção dos governantes e entidades civis, especialmente para a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres e para a Declaração de Bogotá, no mesmo sentido, tendo recebido repetidamente respostas “quase todas mais ou menos vagas”.¹⁶

13 Ano Internacional da Mulher. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 45.

14 Resumo das atividades da FBPF, de 9 agosto de 1964 a 8 de agosto de 1966. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 35.

15 Relatório da FBPF, de 3 de setembro de 1968 a 8 de agosto de 1969. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 1.

16 Relatório da FBPF, de 10 de agosto de 1970 a 8 de agosto de 1971. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.

Reforma do Código Civil

Uma das principais demandas da federação junto ao governo dos militares era a reforma do Código Civil, no sentido da ampliação dos direitos das mulheres. Foram constantes as reuniões, com a participação de advogadas, para tratar de assuntos relacionados ao tema.

É interessante notar que, em maio de 1969, num contexto de grandes ameaças aos direitos civis, a presidenta da federação, Bertha Lutz, enviou ao vice-presidente, Pedro Aleixo, a solicitação de inclusão, no novo texto da Constituição, de dispositivos que garantissem a igualdade entre os dois sexos. Pediu ainda o atendimento a certas declarações de princípios que haviam sido conquistadas na Carta de 1934, tendo em vista, especialmente, que, naquele contexto, alguns estavam sendo mantidos, mas todos estavam ameaçados de passarem aos “subtendidos”. Bertha teria argumentado que aquela seria uma boa oportunidade de eliminar, do texto da Constituição, dispositivos de direito civil e familiar que, “embora muito respeitáveis”, não podiam ser considerados como direito constitucional.¹⁷

Algumas conquistas no âmbito legislativo foram atribuídas à solicitação de membros da FBPF, como vemos no seguinte caso: “O consultor geral da República deu parecer favorável à dispensa de outorga marital para os atos de comércio da mulher casada, o que constituiu uma vitória da dra. Ruth Goulart, que assim havia requerido à Diretoria de Registro e Cadastro do Departamento Nacional do registro do Comércio”.¹⁸

Entre 1972 e 1973, no contexto de apresentação do anteprojeto do Código Civil, solicitou a intercessão dos senadores Filinto Muller e Nelson Carneiro, do deputado Nina Ribeiro, de outras autoridades e da Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça para que não fossem aprovadas restrições em detrimento da mulher casada. Nesse sentido, Bertha Lutz esteve ainda na sede dessa comissão para entrevista com Jarder Burlamaqui, secretário executivo daquela comissão, a quem entregou sugestões relativas à situação da mulher casada em face da reforma do Código Civil. Essas sugestões podem ser encontradas de maneira detalhada em documento disponível no fundo da federação, onde

SEC,TXT.4.v.3, p. 22.

¹⁷ Relatório da FBPF, de 3 de setembro de 1968 a 8 de agosto de 1969. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 4.

¹⁸ Resumo das atividades da FBPF, de 9 agosto de 1964 a 8 de agosto de 1966. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 34

identificamos trecho em que se destaca que as propostas de reforma realizadas pela FBPF não eram muito numerosas e quase todas abordavam o mesmo ponto:

a preferência nítida dada sempre pelo anteprojeto pelo cônjuge masculino sobre a cônjuge feminina e ao fato de que sempre que houver conflito de opinião entre o marido e a mulher, ou entre pai e a mãe, a preferência é dada invariavelmente ao pai sobre a mãe e à família paterna sobre a família materna.¹⁹

Essa resolução era considerada profundamente injusta para com a mulher e muito fácil de se resolver, desde que houvesse equidade e se dissesse que em todo conflito grave haveria recurso para o juiz, a única solução razoável. Sobre o assunto, registrou-se em relatório da federação que o secretário da comissão comunicou à organização que quase todas as sugestões de Bertha haviam sido aproveitadas e, logo que os trabalhos estivessem concluídos, daria o resultado final.²⁰

Posteriormente, em reunião da diretoria, Bertha Lutz apresentou as sugestões enviadas ao Ministério da Justiça, discorreu sobre as reformas incorporadas ao anteprojeto e sobre a conveniência de as associações femininas analisarem os dispositivos de direito da família que interessavam à mulher, indicando que esses representavam para elas, até certo ponto, um retrocesso sobre a legislação em vigor. Foram lidas, então, a mensagem do ministro da Justiça à Comissão Elaboradora do Anteprojeto do Código Civil e ao autor do capítulo sobre direito da família, e as sugestões de emendas a vários artigos.²¹

Participação na administração pública e em cargos de poder

Foi uma constante demanda da FBPF um maior aproveitamento das mulheres na administração pública, pois, uma vez que ocupassem altos cargos, seriam alçadas a outras posições por meio de promoções, e não

¹⁹ Cartas, ofício e transcrições de gravações referentes à alteração do Código Civil Brasileiro, no que se refere aos direitos civis da mulher. BR RJANRIO Qo.ADM, CPA. DCV,TXT.3, p. 22.

²⁰ Relatório da FBPF, de 10 de agosto de 1972 a 9 de agosto de 1973. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 3.

²¹ Relatório da FBPF, de 10 de agosto de 1972 a 9 de agosto de 1973. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 4.

de livre escolha.²² Reivindicava-se a presença de elementos femininos capazes nas secretarias de Estado e nos cargos da alta administração pública, assim como nas carreiras judiciárias, que dependiam de nomeação e não de concurso.

Entre 1973 e 1974, solicitou-se apoio do presidente da Arena para a candidatura da deputada Lygia Maria Lessa Bastos para o cargo de deputada federal nas eleições.²³ Sua candidatura foi apoiada por Bertha Lutz em mensagem ao eleitorado feminino. Nesse aspecto, a federação pediu a essa deputada que representasse a organização em Brasília, o que foi aceito.²⁴ A deputada foi elogiada pela federação por seu trabalho à frente da CPI da Mulher.²⁵ De modo geral, oficiou-se tanto à Arena quanto ao MDB, naquele contexto, pedindo apoio para “boas candidaturas femininas”.²⁶

A maior participação feminina em altos postos da administração era especialmente solicitada quanto a cargos ligados à educação e ao abastecimento. Essa preferência esteve relacionada a algumas limitações no que tange ao alcance do objetivo final da federação, a liberação feminina. Tal como Rachel Soihet chama atenção em seu estudo sobre a organização,

continuava-se a aceitar o exercício de certas atividades como mais adequadas à mulher, por extensão de suas funções maternas. Fato que continuava a reproduzir a concepção acerca da inclinação de cada gênero para as tarefas compatíveis com sua natureza. Sem esquecer que aquelas consideradas mais adequadas ao gênero feminino eram as menos remuneradas. Mantinha-se, em grande medida, a força das representações e práticas que impõem a divisão das atribuições entre os gêneros, comprometendo radicalmente a total emancipação feminina. (Soihet, 2000, p. 115)

Nesse sentido, a federação esteve envolvida no projeto Minerva,²⁷ um grande projeto de ensino a distância do governo militar através da

²² Relatório da FBPF, de 10 de agosto de 1970 a 8 de agosto de 1971. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR. SEC,TXT.4.v.3, p. 22.

²³ Relatório da FBPF, de 9 de agosto de 1973 a 8 de agosto de 1974. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR. SEC,TXT.4.v.4 p. 19 e 20.

²⁴ Relatório da FBPF, de 9 de agosto de 1974 a 8 de agosto de 1976. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR. SEC,TXT.4.v.4, p. 41.

²⁵ Relatório de 1978. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 58.

²⁶ Relatório da FBPF, de 9 de agosto de 1973 a 8 de agosto de 1974. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR. SEC,TXT.4.v.4, p. 21.

²⁷ Relatório das principais atividades da FBPF, de 9 de agosto de 1976 a 8 de agosto de 1978. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 39.

radiodifusão, e registrou em seus relatórios e boletins muitas conquistas como, por exemplo, a ascensão de mulheres a cargos como juíza federal; assessora para assuntos relativos aos índios; diretora da Escola Superior de Desenho Industrial; em posições no setor de relações públicas e diplomacia,²⁸ inclusive de membros da própria federação, e na diretoria do Instituto Nacional do Livro.²⁹

CPI da mulher

Na luta em defesa da emancipação das mulheres, a federação participou ativamente da chamada CPI da Mulher. De março a outubro de 1977, foi criada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para Examinar a Situação da Mulher em Todos os Ramos de Atividades, conhecida como CPI da Mulher. O colegiado promoveu estudos e audiências públicas, para verificar até que ponto a legislação vigente na época contribuía para manter a posição de inferioridade atribuída à mulher e em que pontos deveria ser alterada.

Naquela ocasião, os senadores Gilvan Rocha – presidente daquela CPI –, Jarbas Passarinho e Nelson Carneiro mostraram interesse em receber qualquer subsídio da federação. Nesse sentido, a então presidente da FBPF, Maria Sabina de Albuquerque, se prontificou a depor, assim como outras mulheres do quadro da federação.

As contribuições de algumas delas constam nos relatórios. Dentre os pontos levantados por Maria Sabina, destacou-se a necessidade de creches nos próprios locais de trabalho e a questão do planejamento familiar, além de outros problemas relacionados à mulher naquele contexto. Ela entregou àquela CPI documentos elaborados pela doutora Mariana de Brito Franco e pelas professoras Moema Toscano e Samira Khury de Andrade. Registrou-se que, além da questão da creche, outros temas levantados foram a criação de uma instituição cívica feminina, a situação jurídica da mulher brasileira e a conveniência de haver maior participação das mulheres nos cargos públicos, diplomáticos e de comando.³⁰

²⁸ Relatório das atividades da FBPF, de 9 de agosto de 1966 a 8 de agosto de 1967. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.2, p. 39; Relatório da FBPF, de 3 de setembro de 1968 a 8 de agosto de 1969. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 1.

²⁹ Relatório da FBPF, de 9 de agosto de 1969 a 8 de agosto de 1970. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.3, p. 11.

³⁰ Relatório do ano de 1977. BR RJANRIO Qo.ADM,EOR.SEC,TXT.4.v.4, p. 33-34.

Ao final dos trabalhos, a CPI da Mulher concluiu que era “indisfarçável a existência da discriminação contra a mulher em quase todos os setores de atividade humana que compõem o mecanismo da sociedade brasileira” (Pioneira..., 2007). O relatório final propôs alterações legislativas nos mais diversos âmbitos, especialmente no trabalhista, para garantir a igualdade de tratamento entre homens e mulheres.

Conclusão

Apesar de serem muitos os estudos que se debruçam sobre a trajetória de Bertha Lutz e a FBPF nos anos 1930, especialmente no que se refere aos embates em torno da conquista do voto feminino, pudemos concluir, pela análise dos relatórios, que a federação permaneceu atuante até mesmo próximo de seu fim, em 1986.

A organização se empenhou em obter mudanças no Código Civil, nas leis trabalhistas, mas também em proporcionar, de fato, a conquista do espaço público pelas mulheres, o fim das discriminações de gênero, a equiparação de direitos entre os sexos e a implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil.³¹

Observamos que algumas aspirações e reivindicações foram conquistadas através da interlocução com os poderes institucionalizados, mas também por meio da militância no próprio campo feminista e nos debates para que o Brasil assinasse convenções internacionais que reconheçam direitos às mulheres. A federação se engajou para que resoluções fossem adotadas na prática, denunciando e fiscalizando tanto setores públicos como privados.

³¹ Sobre este assunto, ver: Santos (2006).

Referências

- AARÃO REIS FILHO, D. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)*. 1. ed. Bauru: Edusc, 2004. p. 29-52.
- COSTA, Nailda Marinho. A educação das mulheres no pensamento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1931). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: UFU, 2006.
- EVENTO lembra brasileira Bertha Luz e outras mulheres pioneiras na criação da Carta da ONU. *ONU News*, 22 maio 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/05/1624222>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- KARAWAJCZYK, Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. *Estudos Ibero-Americanos*, Rio Grande do Sul, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/15391/12462>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- _____. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Bertha Lutz*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/30679>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- _____. A ideia de igualdade na diplomacia pan-americana, 1928 a 1945. In: FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-10.
- MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Horizonte, 2013.
- SANTOS, Yumi Garcia. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 401-426, jul./dez. 2006.
- SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.
- _____. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, p. 97-117, set./dez. 2000.
- PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PIONEIRA na defesa do esporte feminino, Maria Lenk foi presença marcante na CPI da Mulher, em 1977. *Senado Notícias*, 20 abr. 2007. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/04/20/pioneira-na-defesa-do-esporte-feminino-maria-lenk-foi-presenca-marcante-na-cpi-da-mulher-em-1977>. Acesso em: 26 set. 2019.